

## ***O surgimento do conceito de “Antiguidade Tardia” e a encruzilhada da historiografia atual***

Prof. Gustavo H. S. S. Sartin

Mestrando em História e Espaços  
UFRN  
[ghsartin@gmail.com](mailto:ghsartin@gmail.com)

### **Resumo**

Neste artigo apresentamos um panorama do já longo debate historiográfico a respeito do fim do Império Romano do Ocidente e discutimos seu papel na criação do conceito de “Antiguidade Tardia”.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, historiografia, reinos bárbaros.

### **Abstract**

In this paper we present a survey of the long-standing historiographical debate regarding the end of the Western Roman Empire and discuss its role in the creation of the concept of “Late Antiquity”.

Keywords: Late Antiquity, historiography, Barbarian kingdoms.

O olhar que se lança sobre o passado afeta, evidentemente, não apenas os entendimentos sobre o que teria ocorrido, mas também a própria periodização. Durante praticamente toda sua existência, a História, enquanto disciplina, ocupou-se primordialmente dos fatos políticos. Assim, por vários séculos, os debates sobre o fim da civilização grecorromana estiveram assentados nas chamadas “invasões bárbaras” e no consequente fim do Império Romano do Ocidente.

Pretendemos, aqui, apresentar um panorama dos já centenários debates historiográficos acerca do período que hoje conhecemos por Antiguidade Tardia que, a despeito de ter os limites cronológicos contestados por obras recentes, inclui ao menos o intervalo entre a ascensão de Diocleciano, em 284, e a morte de Justiniano, em 565. A ideia é que tal panorama sirva tanto não somente como estímulo às discussões sobre a periodização mas até mesmo como referência aos pesquisadores, já que a obra de muitos dos autores aqui não é facilmente acessível.

Implícita nas periodizações mais longas, especialmente nas que avançam século VIII adentro, está a ênfase na opinião de que os reinos germânicos que se formaram nos territórios anteriormente pertencentes ao Império Romano do Ocidente representariam, em grande medida, a continuação, dos pontos-de-vista político, cultural e mesmo institucional, da chamada “civilização clássica”, grecorromana.

Tal opinião, majoritária desde os anos 1970, tem sido muito recentemente posta em questão por historiadores como Bryan Ward-Perkins, da Universidade de Oxford, Arnaldo Marcone, da Universidade de Udine, e Edward James, do *University College* em Dublin. É necessário, contudo, que se ressalte que debates sobre “continuidades” e “rupturas” entre a civilização clássica e o mundo medieval antecedem a criação do conceito de “Antiguidade Tardia”, sendo tão antigos quanto as discussões sobre as causas do fim do poderio de Roma no ocidente, ainda no século V da Era Comum.

### **A pré-história do conceito de Antiguidade Tardia**

O humanista veneziano Flavio Biondo (1392-1463), em seu *Historiarum Ab Inclinatione Romanorum Imperii Decades* (Das Décadas de História desde o Declínio dos Romanos), finalizado em 1453, foi o primeiro autor a utilizar o conceito de “declínio” para tratar dos tempos finais do Império Romano do Ocidente.

O “declínio” a que o autor se referiu teria sido um fenômeno eminentemente político-militar que, não obstante, teria tido implicações culturais, pois

“[...] quando a fortuna da cidade de Roma se aproximou de seu auge e começou a amadurecer, poetas, historiadores, oradores e outros escritores floresceram concomitantemente a seu crescimento. E quando a crise do império atingiu o máximo, e o poderio [romano] diminuiu, as coisas começaram a ser danificadas e destruídas” (Flavius Blondus, *Historiarum Ab Inclinatione Romanorum Imperii Decades*, 1.1; *apud* Blondus 1531: 3).

Para Biondo, o apogeu de Roma teria ocorrido durante o reinado de Teodósio I (378-395). Trata-se de uma escolha bastante curiosa, tendo em vista que esse é o período imediatamente posterior ao desastre romano na batalha de Adrianópolis, do qual possivelmente apenas um terço do exército oriental sobreviveu<sup>1</sup>. A explicação para esse aparente contrassenso reside claramente na fé cristã do humanista, porquanto Teodósio foi o imperador responsável pela proibição dos cultos politeístas tradicionais. Nos reinados dos sucessores Arcádio e Honório (395-423) teria ocorrido todavia “grande declínio da dignidade do império a tal ponto que este então decaiu à ruína, principiando

com a entrada de Alarico e então de muitos grupos bárbaros heterogêneos” (Flavius Blondus *op. cit.*, 1.1; *apud* Blondus 1531: 3).

A ideia de uma “antiguidade tardia” nasceu, dessarte, imbricada com fato político óbvio que era o fim do poderio imperial de Roma, uma vez que este demandava explicações que traziam consigo a necessidade de apontar um momento em que começou o enfraquecimento romano, o que já implicava em uma noção de que “os tempos finais” do império seriam necessariamente diferentes de tempos anteriores.

Ademais, a ascensão do cristianismo à condição de religião oficial romana no período pós-constantiniano era também um marco evidente que criava embaraço para os pensadores cristãos. O império que ruiu era, afinal, católico. Mesmo os cronistas cristãos do ocidente romano no século V já precisavam confrontar o problema de que sua civilização parecia destinada à ruína justamente no momento em que a igreja conquistava a vitória sobre os cultos politeístas tradicionais.

A apologia da religião cristã necessitava da desvinculação entre o enfraquecimento do poderio romano e a cristianização do império. Nesse contexto, autores como Paulo Orósio (375-418), Agostinho de Hipona (354-430) e Salviano de Marselha (*floruit circa* 440), forneceram diferentes respostas para a mesma problemática.

Em sua *Historia Aduersus Paganos* (História Contra os Pagãos), publicada em 417, Orósio via nas invasões estrangeiras uma punição contra as perseguições feitas pelo império aos cristãos durante o período pré-constantiniano, ao mesmo tempo em que minimizava as dificuldades do presente<sup>2</sup>. Já Agostinho buscou em seu *Ciuitate Dei Contra Paganos* (A Cidade de Deus Contra os Pagãos), publicado na década de 410, esvaziar de significado o problema que o enfraquecimento romano trazia para os defensores da fé cristã. Não importaria, afinal, os destinos de um império terreno, mas a comunhão dos cristãos junto a Deus<sup>3</sup>. Salviano, por seu turno, tinha os olhos voltados para os pecados do presente e do passado recente. Em seu *De Gubernatione Dei* (Sobre o Governo de Deus), publicado por volta de 440, defendeu que seriam os pecados continuados de seus concidadãos os responsáveis por trazer a justiça divina, na forma dos invasores estrangeiros, sobre o império<sup>4</sup>.

Biondo, escrevendo um milênio mais tarde, não apenas conhecia tais justificativas, como inclusive subscreveu a explicação de Orósio, sua principal fonte para o princípio do século V, quanto à causa religiosa do flagelo bárbaro. Se a religião ainda era capaz de fornecer a explicação principal para a *inclinatio romanorum imperii*, o antropocentrismo renascentista não permitia que ela fornecesse a única explicação para um evento humano. Existiriam, assim, causas secundárias e humanas, como a *caduca et fluxa rerum mundi conditione* (condição de fluxo e envelhecimento das coisas do mundo), a *translatione sedis imperii* (transferência da sede do império), além de o *imperii quassatione* (chacoalhar violento do Estado) pelos imperadores (Flavius Blondus *op. cit.*, 1.1; *apud* Blondus 1531: 4). Entre essas, a mais sofisticada e original é sem dúvida a última, certamente nascida do sentimento de repúdio à autocracia que existia nas *reppubliche marinare* da Baixa Idade Média.

Se o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) discordava de Biondo quanto às causas do fim do poderio imperial romano, concordava com o veneziano quanto à periodização de tal processo. Em sua *Istorie Fiorentine* (História Florentina, no singular), publicada entre 1520 e 1525, o autor afirmou que “se jamais alguma época foi miserável, a que transcorreu nos tempos de Arcádio e Honório na Itália e naquelas províncias corridas pelos bárbaros o foi” (Maquiavel 1995: 30).

Afastando-se das explicações religiosas, o prático Maquiavel apontou como motivo para a queda da porção ocidental do império a infeliz prática de se fazer alianças

com os invasores; fato que reduziria a autoridade imperial e incitaria outros povos à invasão (Maquiavel 1995: 27). A essa explicação, contudo, não segue qualquer questionamento a respeito dos motivos pelos quais os imperadores romanos, a partir de determinado momento, se viram compelidos, ou ao menos inclinados, a realizar tais alianças perniciosas.

De fato, o pensamento histórico de Maquiavel era permeado por sua atenção à política miúda, àquilo que o francês Fernand Braudel (1902-1985) costumava comparar ao movimento das ondas no profundo oceano da história. Isso em grande medida o impedia de enxergar qualquer transformação estrutural na sociedade. Ao lermos sua história de Florença quase nunca nos damos conta de que se passaram mais de mil anos entre o saque de Roma por Alarico e sua época. Mudavam os nomes dos líderes, as fronteiras eram carregadas para lá ou para cá em função do resultado das guerras, mas a sociedade em questão parece continuar sempre a mesma.

*Historie di quattro principali citta del mondo, Gerusalemme, Roma, Napoli, e Venetia* (Histórias das quatro principais cidades do mundo: Jerusalém, Roma, Napoli e Veneza) veio a lume em 1603. Seu autor, o jurista napolitano Michele Zappulo (*floruit circa* 1600) não é muito conhecido em nossos dias, a despeito de ter sido referência por longo tempo, sendo inclusive citado em compêndios historiográficos no século seguinte<sup>5</sup>. Uma das peculiaridades da obra está no fato de ela subscrever a veracidade da *donatio constantini*, a doação que o imperador Constantino I teria feito à igreja (Zappulo 1603: 137), e que desde que Lorenzo Valla (1406-1457) publicara *De falso credita et ementita Constantini Donatione declamatio* (Sobre o falso crédito e a mentira da declaração da Doação Constantiniana), em 1440, era tida por fraudulenta nos círculos acadêmicos mais sérios. Trata-se, pois, um exemplo de uso da produção historiográfica para justificar posições políticas do presente (no caso, a favor do poder secular papal).

Outra peculiaridade da obra, no que concerne ao que hoje denominamos Antiguidade Tardia, é que o autor não diferenciava claramente os povos invasores germânicos, de modo que “vândalos”, “ostrogodos”, “visigodos” e “godos” seriam simplesmente denominações diferentes de um mesmo povo, originário da *Scannia* (modernamente identificada com a Escandinávia) (Zappulo 1603: 139).

Zappulo usou de forma recorrente a religião para explicar os eventos históricos. Os exemplos são vários. O assassino de Juliano o Apóstata teria sido um cavaleiro que “se crê que [...] fosse um anjo” (Zappulo 1603: 138). O próprio Juliano, que se referia a Jesus Cristo simplesmente como “o Galileu”, numa tentativa de desdenhá-lo, o teria feito por estar divinamente impedido de pronunciar tal nome sagrado (Zappulo 1603: 138). A vitória dos godos na batalha de Adrianópolis, por sua vez, teria sido o resultado de uma punição divina ao arianismo do imperador Valente, que faleceu no evento (Zappulo 1603: 139).

Os “godos” teriam sido, paradoxalmente, tanto instrumentos da onipresente justiça divina, como inimigos de Roma e da verdadeira fé, porquanto sua presença constante na Itália, entre os anos de 412 e 554, teria sido pernicioso. Com as vitórias do general bizantino Belisário, contudo, a cidade de Roma teria sido reedificada por vontade divina e reocupada por seus cidadãos, então dispersos (Zappulo 1603: 144).

Como a cidade de Roma era, para Zappulo, uma das quatro principais do mundo, o fim do Império Romano do Ocidente não poderia de forma alguma ter representado sua ruína. Se o período de presença dos “godos” foi grandemente marcado pelo caos militar, após sua expulsão a cidade retomou sua dignidade, baseada então principalmente no fato de ser a residência papal.

## O Iluminismo e a responsabilidade cristã

No século XVIII, o viés anticristão do Iluminismo certamente impactou os estudos sobre o fim do mundo antigo. Em *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence* (Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência), publicada em 1734, o francês Charles Montesquieu (1689-1755), criticou duramente a intolerância cristã dos tempos finais do império. Esta, todavia, seria tipicamente grega, não romana, tendo origem na parte oriental do império, e contrastaria grandemente com as virtudes republicanas típicas dos romanos.

Para Montesquieu, mesmo que a ascensão dos gregos (leia-se “cristãos”) a partir do século IV tenha significado uma espécie de degeneração dos ideais republicanos tipicamente romanos, as causas diretas do fim do império ocidental seriam de natureza político-militar. Teria ocorrido uma combinação infeliz entre a melhor defensabilidade natural do oriente e a bipartição política do império, o que teria feito com que os invasores se dirigissem ao ocidente enquanto os imperadores orientais pouco auxílio prestavam a seus colegas. Estes, diante da invasão generalizada, teriam abandonado as províncias à chefia dos estrangeiros, em uma tentativa de salvar ao menos a Itália. Esta todavia, não podia resistir sozinha e, por fim, capitulou (Montesquieu 1995: 129-135).

Se Montesquieu já pintara com tintas negras o período pós-constantiniano, foi apenas através do inglês Edward Gibbon (1737-1794) que a noção de “decadência” passou a ser mais claramente associada com os séculos finais do domínio romano sobre a Europa ocidental. Em *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (A História do Declínio e Queda do Império Romano), publicado entre 1781 e 1789, o autor defendeu que, a partir da morte de Marco Aurélio, ocorrida no ano 180, o império teria entrado em um processo de deterioração caracterizado por um círculo vicioso: o abandono da gradual “virtude cívica” caracteristicamente romana teria feito com que o Estado recorresse cada vez mais a elementos estrangeiros para assegurar sua defesa; isso, por sua vez, teria acelerado o processo interno de “barbarização” e perda da “romanidade”. A conversão ao cristianismo, por seu turno, também teria contribuído para a “queda” ao desviar recursos humanos e materiais das questões terrenas, erodindo ainda mais a capacidade do Estado de enfrentar os invasores.

Gibbon se tornou, ao longo do século XIX, um reconhecido mestre da pesquisa histórica, como bem afirmou o eminente historiador italiano Arnaldo Momigliano (1908-1987) (2004: 113), e sua visão sobre o fim do mundo antigo predominou durante todo o século. Mesmo a monumental *Römische Geschichte* (História de Roma) publicada pelo alemão Theodor Mommsen (1817-1903) em 1854, por exemplo, cobriu apenas o período até o fim da república, não desafiando a visão de Gibbon.

## O século XIX e o tema da decadência do mundo antigo: Marx, Bury e o legado de Gibbon

A partir do último quartel do século XIX, contudo, a difusão do chamado “materialismo histórico”, a Filosofia da História proposta pelo alemão Karl Marx (1818-1883), deu nova vida ao debate sobre o fim do mundo antigo. Se para os historiadores tradicionais a queda do Império Romano do Ocidente em geral assinalava a entrada em um período obscuro e decadente, para os materialistas históricos a passagem da Antiguidade à Idade Média teria consistido na substituição do modo-de-produção escravista pelo modo-de-produção feudal, demonstrado claramente pelo fim hegemonia das cidades. Marx assim colocou a questão: “A história da Antiguidade

clássica é a história das cidades [...] a Idade Média [...] se inicia quando o campo se torna a sede da história”<sup>6</sup>. Teria ocorrido, evidentemente, um período de transição entre os dois sistemas. Este, contudo, tendia a não ser estudado *per se* pelos marxistas, mas apenas em função dos dois modos-de-produção em questão.

Para Marx e seus seguidores, a civilização grecorromana teria desaparecido por ser incapaz, graças à larga difusão do instituto da escravidão, de acompanhar a evolução das forças produtivas. O modo-de-produção escravista seria arcaico e ineficiente, de modo que a mundo medieval, com seu modo-de-produção feudal representaria uma evolução na história da humanidade.

Do lado oposto a Marx e seus seguidores estariam aqueles que tentariam invalidar a interpretação marxista da economia antiga e, com isso, deslegitimar o próprio materialismo histórico, combatido tanto por suas implicações políticas quanto por seu determinismo e teleologia. Tentariam? Sim, pois seriam necessárias ainda mais algumas décadas até que a natureza do debate ficasse clara. Prova disso é que o volumoso *A History of the Later Roman Empire, from Arcadius to Irene. 395 A. D. to 800 A. D.* (Uma História do Império Romano Tardio, de Arcádio a Irene. 395 d. C. a 800 d. C.), publicado em 1889 pelo irlandês J. B. Bury (1861-1927), pouco versava sobre questões econômicas. A obra pode ser caracterizada como aquilo que mais tarde os franceses da chamada *École des Annales* (Escola dos Annales) chamariam de *histoire événementielle* (história episódica), de caráter político-militar. O autor parecia estar mais a dialogar com Gibbon do que propriamente com os pensadores de seu tempo. De fato, apenas alguns anos depois, em 1896, Bury publicaria uma edição comentada da obra de Gibbon<sup>7</sup> e, mesmo no fim de sua vida, ainda estava respondendo a seu antecessor, como se pode constatar através do seguinte excerto de uma obra de 1923:

“O ilustre historiador cujo nome será para sempre associado com o 'declínio' do Império Romano (Gibbon) invocou o 'princípio da decadência' - um princípio que ainda está por ser explicado. [Tanto] despovoamento, religião cristã, como sistema fiscal foram apontados como causas do declínio da força do Império. Se qualquer um desses fatores foi responsável pelo desmembramento do ocidente pelos bárbaros, deve se perguntar como foi que no oriente, onde as mesmas causas estavam em operação, o Império sobreviveu muito mais longamente, intacto e unido.” (Bury 1958: v. 1, 308-309).

## O aparente materialismo de Max Weber

Se os historiadores tradicionais como Bury ignoravam a crescente influência do pensamento de Marx, entre os sociólogos este não era o caso. Em 1904 e 1905, por exemplo, Max Weber (1864-1920) publicou *Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus* (A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo), que apresentava uma explicação alternativa ao materialismo histórico para as transformações econômicas na Idade Moderna.

Curiosamente, a interpretação de Weber sobre o fim do mundo antigo é aparentemente materialista. Tanto *Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats und Privatrecht* (A História Agrária Romana e o seu Significado para o Direito Público e Privado), de 1891, como *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* (As Causas Sociais do Declínio da Civilização Antiga), de 1896, como ainda *Agrarverhältnisse im Altertum* (Condições Agrárias na Antiguidade)<sup>8</sup>, de 1909, pouco manifestavam as características peculiares de sua Sociologia, basicamente

ignorando qualquer exame de como os valores teriam moldado as condutas e não apresentando qualquer elaboração de tipos ideais. Assim, para compreendermos o posicionamento de Weber sobre o fim do mundo antigo, é preciso que antes estabeleçamos alguns pontos gerais a respeito de seu entendimento de como teria ocorrido o desenvolvimento da economia romana<sup>9</sup>.

Para Weber, a conquista de novos territórios e a conversão do antigo *ager compascus* (as terras comunais usadas para pastagens), durante os séculos III e II antes da Era Comum, teriam resultado em um grande aumento do *ager publicus*. A expansão militar teria também ocasionado uma grande ampliação na oferta de escravos e na redução de seu preço, tornando a exploração em larga escala da mão-de-obra escrava economicamente vantajosa, especialmente na agricultura, que então poderia ser feita em *agri publici* por toda a Itália. Mineração, navegação e manufatura também teriam se desenvolvido, dando origem a uma espécie de “capitalismo antigo”, onde a propriedade tanto seria objeto de troca como também utilizada por indivíduos com vistas à obtenção de lucros em uma economia de mercado.

As cidades seriam o local de residência das elites, que viveriam do comércio marítimo e do aluguel da terra. Esta, por sinal, seria locada por *coloni*, os antigos pequenos agricultores independentes, ou cultivada por escravos. Como a mão-de-obra escrava, durante o período de expansão imperialista, teria podido ser obtida a baixo custo, não existiria qualquer preocupação com sua reprodução sistemática e, nas grandes fazendas, homens e mulheres viveriam em barracões separados, com o plantel sendo mantido principalmente através de novas aquisições.

O comércio, embora lucrativo, teria um caráter especialmente local ou, no máximo, regional, centrado nas cidades. A troca de longa distância, à parte do tráfico de escravos, teria sido relativamente insignificante e restrita a bens de luxo. O interior bárbaro, todavia, teria continuado a praticar a economia natural.

Com o fim da expansão territorial, no século II da Era Comum, a oferta de escravos teria diminuído, reduzindo os níveis gerais de atividade econômica e mercantil e produzindo o abandono gradativo das cidades (estimulado ainda mais pela excessiva cobrança de impostos). O proprietário absenteísta de outrora ia se transformando, assim, em um potentado rural.

Nas fazendas, diante do custo progressivamente mais elevado da mão-de-obra e da baixa taxa de reprodução nos plantéis, os senhores teriam passado a conceder a seus escravos a possibilidade de vida familiar associada a um pedaço de terra para o cultivo, de modo que, quando chegou a era carolíngia, tanto esses *serui quasi coloni* quanto os *coloni* já teriam se tornado servos de gleba. A noção de continuidade das grandes propriedades autárquicas do Império Romano tardio, aliás, é uma das grandes contribuições de Weber para o entendimento de como se deu a transição entre o mundo grecorromano e o medieval.

De todo modo, o que tivemos até aqui foi uma análise basicamente materialista, que poderia perfeitamente ser obra de um pensador marxiano. O grande diferencial da abordagem de Weber é que, para ele, a busca da riqueza na Antiguidade não teria por objetivo, *strictu sensu*, o acúmulo de capital, mas a elevação do status social. Este argumento, em especial, seria desenvolvido mais tarde pelo inglês Moses Finley (1912-1986), em seus estudos sobre a civilização grecorromana.

## Os debates econômicos da primeira metade do século XX: Rostovtzeff versus a tradição marxista

No início do século XX, os autores marxistas se concentravam em demonstrar a inevitabilidade do fim do mundo antigo, caracterizado pela escravidão, em uma tentativa de estabelecer como certa a superação da era capitalista. O primeiro entre esses estudos a abordar exclusivamente a Antiguidade talvez tenha sido *Il tramonto della schiavitù nel mondo antico* (O declínio da escravidão no mundo antigo) do italiano Ettore Ciccotti (1863 - 1939), publicado em 1899. Sua obra, de acordo com Finley (1991: 46), tratava principalmente do flagelo moral da escravidão e da inadequação do trabalho escravo como instrumento de produção.

Dada a crescente influência do marxismo ao longo do último quartel do século XIX e primeiro do século XX, se tornava cada vez mais claro que qualquer estudo que pretendesse tratar do período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média teria que abordar questões como as formas de trabalho no mundo antigo e a substituição da escravidão, considerada como típica do mundo grecorromano, pela servidão medieval. O debate com os marxistas, assim, tendia ser conduzido em termos econômicos e a partir de certas caracterizações fundamentais estabelecidas por Marx, como um mundo grecorromano entendido como essencialmente urbano e escravista em oposição a um mundo medieval que teria sido rural e feudal.

Não tardou, assim, a aparecer um estudo não-marxista sobre a economia antiga. Trata-se de *An Economic History of Rome to the End of the Republic* (Uma História Econômica de Roma até o Fim da República), publicada em 1920 pelo estadunidense Tenney Frank (1876-1939). A obra versava sobre temas como o impacto da expansão romana sobre a agricultura itálica e o êxodo rural dos últimos séculos da república, decorrente da substituição da mão-de-obra rural livre pela escrava.

Poucos anos depois, em 1926, o russo radicado nos Estados Unidos Mikhail (também chamado “Michael”) Rostovtzeff (1870-1952) publicaria *The Social and Economic History of the Roman Empire* (A História Social e Econômica do Império Romano). Para Rostovtzeff, a oposição entre cidade e campo teria sido um dos elementos principais da crise do século III. Quanto ao período que se seguiu:

“Os imperadores do século IV, e principalmente Diocleciano, cresceram em uma atmosfera de violência e coerção. [...] Eles levavam seu trabalho a sério [...] Seu objetivo era salvar o Império Romano e eles o atingiram. [...] Nunca perguntaram se valia salvar o Império Romano às custas de transformá-lo em uma vasta prisão para milhões de pessoas (Rostovtzeff 1926: 477-479)”

A burocratização e a autocracia do período seguinte, assim, seriam sobretudo respostas estatais à anarquia, de forma que “os interesses do povo foram sacrificados pelo que parecia ser os interesses do Estado” (Rostovtzeff 1926: 461). No devido tempo, evidentemente, o campo sairia vencedor e o Estado romano acabaria por se desintegrar no ocidente. Frank, a propósito, apesar de não descartar de todo tal hipótese, considerava que um único fator, como a oposição entre cidade e campo, não poderia ser suficiente para desencadear um processo tão complexo como a desagregação do Império ocidental (Frank 1926: 291).

Em *The Social and Economic History of the Roman Empire*, é possível perceber que o tom negativo de Rostovtzeff, quando se refere ao caráter coercitivo do dirigismo econômico dos imperadores tardios, implicava em uma crítica ao regime soviético.

Alguns anos depois, em 1930, em um artigo publicado em *The Economic History Review* intitulado *The Decay of the Ancient World and Its Economic Explanations* (A Decadência do Mundo Antigo e suas Explicações Econômicas), o autor explicitaria mais sua crítica à produção acadêmica do regime soviético:

“A mais popular teoria desse tipo (que explica o fim do mundo grecorromano), uma teoria que foi criada por economistas e que tem sido aceita por alguns historiadores, está intimamente relacionada com a filosofia marxiana da história, o assim chamado materialismo econômico ou “determinismo”, que se tornou recentemente a filosofia oficial na Rússia Soviética. [...] O modelo é bem conhecido e não há necessidade de repeti-lo aqui. Em minha opinião, está associado com a quase universalmente aceita teoria do contínuo e ininterrupto progresso. Uma vez que a Antiguidade se situa no princípio da história conhecida, ela deve ser primitiva do começo ao fim em todos os campos da evolução humana. Economicamente, portanto, ela nunca alcançou, de acordo com Bücher, um nível de desenvolvimento superior àquele da economia familiar. Estaria reservado à Idade Média alcançar o ponto seguinte - aquele da economia baseada na cidade, que por sua vez conduziria à moderna economia nacional e ao princípio da economia mundial” (Rostovtzeff 1930: 200).

Além de atacar especificamente as histórias de inspiração marxista, Rostovtzeff atacava também a tese do alemão Karl Bücher (1847-1930) autor de *Beitrag zur Wirtschaftsgeschichte* (Contribuição para a História Econômica Geral), de 1894, e *Die Entstehung der Volkswirtschaft* (A Emergência da Economia Nacional), de 1901. Para Bücher, assim como para Marx, a história da humanidade seria composta por sucessivos estágios, cada um representando uma evolução em relação ao estágio anterior. De acordo com Rostovtzeff, Bücher, contudo, havia baseado seu posicionamento a respeito da economia antiga em apenas dois períodos: o da Atenas dos séculos V e IV antes da Era Comum e o principado de Diocleciano. Um dos grandes problemas nessa abordagem seria que:

“Atenas, apesar de um enorme progresso em sua vida econômica, estava próxima demais dos estágios iniciais [do desenvolvimento da economia urbana] para que não demonstrasse muitas e importantes características de uma economia familiar, enquanto a era de Diocleciano, por outro lado, era o início de um novo período na história econômica e representava uma quase completa vitória da economia familiar” (Rostovtzeff 1930: 201).

A generalização de Bücher, destarte, teria se baseado em dois períodos atípicos da Antiguidade.

Se Weber havia minimizado a importância da queda formal do Império Romano do Ocidente para o fim da civilização grecorromana ao demonstrar a continuidade das grandes propriedades autárquicas entre o império tardio e a era carolíngia, Rostovtzeff colocava o marco no século III, relativizando ainda mais a periodização tradicional que, baseada na História Política, adotara a deposição de Rômulo Augústulo, em 476, como marco para o fim do mundo antigo.

## Quando teria terminado a Antiguidade Clássica? O debate entre Lot e Pirenne

Em 1927, ano seguinte à publicação da obra clássica de Rostovtzeff, o francês Ferdinand Lot (1866-1952) publicava seu *La Fin du monde antique et le début du Moyen Age* (O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média). Para Lot, ainda no século II da Era Comum teria tido início um movimento de desmonetização progressiva da economia romana (Lot 1961: 55ff), de tal sorte que, quando Diocleciano implementou suas reformas, por volta do ano 300, o império já estaria funcionando à base de uma economia natural (Lot 1961: 96-97). Por fim, a fragmentação do Império ocidental operaria para acentuar ainda mais tal processo (Lot 1961: 365).

Além da dicotomia entre economia monetária e natural, que não deixava, aliás, de apresentar um certo paralelismo entre a dicotomia cidade/campo de Marx e Rostovtzeff, Lot enxergava na relação entre a Antiguidade clássica e o período que se seguiu o dualismo romanidade/barbarismo (este entendido tanto como “rusticidade” como “não-romanidade”). A “barbarização” do império teria tido início ainda no século III e se acentuado ao longo do século IV, de forma que “os verdadeiros senhores do Império após Teodósio I (morto em 395) teriam sido os *'magistri militum'*, semibárbaros ou mesmo completamente bárbaros” (Lot 1961: 198). Tal tese, evidentemente, não era de todo original, uma vez que mesmo Gibbon já havia apontado para a “barbarização” progressiva do exército.

No que concerne ao desenvolvimento do conceito de “Antiguidade Tardia”, a obra de Lot teve como méritos principais a minimização da importância da fragmentação do Império ocidental e a combinação fatores econômicos e culturais na explicação a respeito do fim do mundo antigo. A romanizada aristocracia galorromana, por exemplo, teria se fundido com a nobreza franca a partir do século V, de modo que, no começo do século VII, o caráter da elite do reino merovíngio seria manifestadamente “francês” (Lot 1961: 395).

Opondo-se diametralmente a Lot, não obstante, estava o belga Henri Pirenne (1862-1935). Em seu póstumo *Mahomet et Charlemagne* (Maomé e Carlos Magno), publicado em 1937, lê-se “no geral, germanização *en masse* ocorreu somente onde se manteve a língua germânica. A 'România' desapareceu somente nas conquistas mais recentes de Roma, junto às fortificações externas que defendiam o Mediterrâneo: as duas Germânicas, parte das Bêlgicas, Rétia, Nórico e Panônia” (Pirenne 2001: 35-36). Para Pirenne, portanto, mesmo a fragmentação política do Império do Ocidente não teria alterado o caráter fundamentalmente “romano” da região. Tampouco a cristianização ou a proibição dos cultos politeístas foram percebidos pelo autor como elementos indicativos de qualquer mudança fundamental na sociedade, visto que, segundo ele, tanto o Estado romano quanto os reinos bárbaros que o sucederam teriam mantido um caráter basicamente secular (Pirenne 2001: 136-138). No que tange aos aspectos econômicos, Pirenne também se opunha à visão de Lot, defendendo a continuação de uma economia fundamentalmente monetária na qual teriam ocorrido trocas comerciais em larga-escala até que “a conquista da Espanha em 711 [pelos muçulmanos] e as condições de insegurança prevaletentes na costa da Provença imediatamente colocaram um fim em qualquer possibilidade de troca marítima no Mediterrâneo ocidental” (Pirenne 2001: 100).

## O surgimento dos estudos culturais: Marrou e a era de Agostinho

Além do debate entre Pirenne e Lot, a década de 1930 testemunharia uma mudança paradigmática nos estudos históricos, ocasionada pelo surgimento, na França, da *École des Annales*. Tratava-se de uma tentativa de escrever uma história que não fosse simplesmente econômica, social ou política, mas “total”, combinando esses diferentes aspectos num todo coerente, de forma a fugir da antiquada *histoire événementielle*, que tendia a exaltar a biografia das grandes personagens da política e era objeto de crítica por parte dos sociólogos. “O objetivo dessa nova história seria a reconstrução de épocas passadas de forma a incluir todo seu ambiente físico, imaginário e normativo num arcabouço societário completo” (Rhodes 1978: 50-51).

Um dos mais bem-acabados exemplos da produção da primeira geração de historiadores da *École des Annales* é *La Société Féodale* (A Sociedade Feudal), publicada pelo francês Marc Bloch (1886-1944) em 1939. Georg Iggers, em seu estudo sobre as tentativas de produção de uma História científica na Europa ao longo dos séculos XIX e XX, publicado originalmente em 1975, definiu-a como a “grande obra de síntese” de Bloch (Iggers 1984: 55).

*La Société Féodale*, inspirada pela sociologia do conterrâneo Émile Durkheim (1858-1917), cobria o período entre 900 e 1300 e incluía conceitos como “representação coletiva”, manifestando claramente a preocupação “com o que o autor chamava de 'modos de sentir e pensar’” (Burke 1992: 25), e antecipando em mais de duas décadas a *Histoire des mentalités* (História das mentalidades). Seria necessário, contudo, mais algum tempo até que alguém desse à Antiguidade Tardia tratamento semelhante àquele dado à Idade Média por Bloch.

Também antes da II Guerra Mundial, em 1938, o francês Henri-Iréneé Marrou (1904-1977) publicaria *Saint Augustin et la Fin de la Culture Antique* (Santo Agostinho e o Fim da Cultura Antiga). Trata-se de um estudo cultural. Para o autor, o homem desse período de transição e o próprio cristianismo, simbolizados pela figura de Agostinho, eram tanto filhos da *eloquentia* romana e da *paideia* grega como da crença na verdade absoluta da Escritura<sup>10</sup>. Parecia existir “um trágico paradoxo ao ver reunidos no mesmo espírito esses sintomas de envelhecimento e o impulso criador que dá vida a uma nova juventude” (Marrou 1938: 545). Na obra de Marrou, por conseguinte, o tema da decadência estava presente. O que teria caducado, todavia, seria sobretudo a filosofia grega, porquanto a nascente cultura cristã teria sido marcada por uma “vitalidade juvenil”. Os séculos IV, V e VI, conseqüentemente, não seriam caracterizados por retrocesso cultural, barbárie, ou mesmo uma mera “germanização”, mas representariam o surgimento de uma nova e vigorosa civilização que, não obstante, tinha como um de seus apoios a cultura clássica. Marrou se dedicaria até o fim da vida às pesquisas sobre os aspectos culturais e estéticos da era de Agostinho e sobre a literatura patrística. Seu livro póstumo, *Décadence romaine ou antiquité tardive?* (Decadência romana ou antiguidade tardia?), publicado em 1977, versaria sobre as rupturas e continuidades do período. Nele, Marrou declararia que:

“É necessário admitir que a Antiguidade Tardia é não apenas a última fase de um desenvolvimento contínuo; é uma outra antiguidade, outra civilização, cuja originalidade precisamos aprender a reconhecer e a apreciar em seus próprios termos em vez de seguirmos os critérios de épocas passadas” (Marrou 1977: 13).

## O conceito atual de “Antiguidade Tardia” começa a se delinear: Maier e A. H. M. Jones

Em 1963 veio a lume *Die Verwandlung der Mittelmeerwelt* (A Transformação do Mundo Mediterrâneo), do alemão Franz Georg Maier (1926-). A obra cobria o período entre os séculos III e VIII, alternando análise e narrativa. O capítulo introdutório consistia em uma discussão sobre “a lenda da idade das trevas”. Maier, a despeito de relativizar a importância dos limites cronológicos e enfatizar as continuidades, fez referência a dois períodos de transição, a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. O primeiro teria ido dos reinados de Diocleciano e Constantino até por volta do ano 600 e o segundo daí seguiria até a era de Carlos Magno (Maier 1994: 8).

Para o autor, a sociedade tardoantiga teria sido marcada por uma estrutura social própria, que veio em substituição à anterior, baseada nas antigas ordens patrícia, equestre e plebeia. A pauperização progressiva da burguesia e dos pequenos agricultores, decorrente tanto da concentração da propriedade fundiária como do fardo dos impostos escorchantes, teria resultado em uma polarização ainda maior entre ricos e pobres, sendo que a divisão entre *honestiores* (ou *potens*) e *humiliores* teria refletido esse estado de coisas (Maier 1994: 84-85). Além disso, a sociedade “imperial” teria sido “aberta”, baseada em um modelo “liberal e capitalista”, onde a propriedade constituiria um elemento decisivo para determinar a posição social, a despeito da divisão tradicional em ordens. A partir do século IV, todavia, teria se estruturado uma sociedade muito mais fechada, baseada principalmente na hereditariedade, e estreitamente ligada a uma monarquia absolutista que praticava o dirigismo econômico (Maier 1994: 95-96).

O colapso do Estado ocidental, por seu turno, não teria resultado em qualquer ruptura mais nítida na estrutura social, porquanto os reinos germânicos teriam se organizado a partir do exemplo romano tardoantigo, a despeito de, culturalmente, ter ocorrido uma fusão entre elementos germânicos e romanos desde muito cedo. Maier, concordando com Pirenne, defendia também que a economia teria continuado a funcionar sobre bases monetárias. Evidência disso seria, por exemplo, o *wergeld*, a indenização paga por quem cometia crimes graves, que era feito em moeda. O *solidus* de Constantino teria permanecido como padrão monetário até início do século VII, quando teria finalmente teriam sido adotadas cunhagens com o nome do rei merovíngio Clotário II. O comércio e a vida urbana do século VI, inclusive, teriam apresentado uma modesta mas evidente recuperação, em função de uma certa pacificação geral (Maier 1994: 221-222).

Um dos aspectos mais peculiares da obra de Maier talvez seja seu relato das relações entre a Igreja e o Estado romano tardio. O conservadorismo da instituição, que em muito serviu para assegurar a manutenção da ordem social vigente, seria resultado não de uma autêntica adesão à manutenção do *status quo ante*, mas a uma escatologia que tornava o mundo terreno pouco importante, de modo que a moral cristã acabava por não se efetivar como parte de qualquer projeto de mudança política (Maier 1994: 65-71).

Por fim, é preciso ressaltar que a obra de Maier revelava uma preocupação evidente em descrever os desenvolvimentos estéticos e religiosos do período. Isso certamente seria resultado da influência da historiografia patrística francesa, liderada por Marrou. O próprio Maier, inclusive, já havia publicado uma obra intitulada *Augustin und das antike Rom* (Agostinho e a Roma antiga), em 1955.

“Muito poucos produtores sustentavam um número excessivo de bocas de ociosos” (Jones 1964: 1045). Esta era uma das teses principais do britânico A. H. M. Jones (1904-1970) a respeito do declínio do Império ocidental em seu massivo *The*

*Later Roman Empire 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey* (O Império Romano Tardio 284 - 602. Um Esboço Social, Econômico e Administrativo), de 1964. A obra, em função tanto de sua amplitude como da grande erudição do autor, se tornaria um dos grandes “manuais” sobre a Antiguidade Tardia, sendo relevante até os dias atuais.

Jones defendeu que a escassez crônica de recursos humanos no império tardio teria dificultado de tal forma a tarefa de defesa do território frente aos invasores estrangeiros que o resultado foi a desagregação da menos populosa parte ocidental (Jones 1964: 1066). O oriente teria resistido porque, além de mais populoso e rico, apresentaria uma melhor distribuição das riquezas. A menos poderosa aristocracia fundiária oriental, assim, teria causado menos empecilhos à ação do Estado na coleta de impostos e no recrutamento militar.

Em uma longa resenha crítica publicado em *The Economic History Review* no ano de 1967, o irlandês Peter Brown (1935-), que poucos anos depois publicaria o estudo que difundiria o uso do conceito de “Antiguidade Tardia”, referiu-se à obra como “um triunfo intelectual, marcado pelo domínio de uma vasta quantidade de textos, por uma sempre presente felicidade na interpretação e, acima de tudo, por uma enorme independência de opinião” (Brown 1967: 327).

O Império Romano de Jones não era, como o de Pirenne, movido pelo comércio. Além disso, a assim chamada “burguesia urbana” de Rostovtzeff não teria sido mais do que uma classe latifundiária rentista (cf. Brown 1967: 343). No império tardio, os grandes terratenentes teriam conseguido com relativa facilidade encontrar maneiras de evadir o pagamento de impostos. A colossal carga tributária (que sustentava o exército, o numeroso serviço civil e a Igreja) teria incidido, assim, principalmente sobre as classes médias e o campesinato livre (afetado inclusive pela escassez recorrente de alimento), que acabariam por desaparecer. Mesmo a tal “burguesia urbana”, com o passar do tempo, abandonaria as cidades, encontrando refúgio em seus domínios quase autossuficientes e levando consigo artífices de todo tipo.

Para Jones, a ascensão da religião cristã, em si, não teria contribuído para a fragilização do império, mas a ascensão da Igreja, sim. Além de absorver parte significativa dos já escassos recursos materiais necessários à manutenção da estrutura administrativa e à defesa das fronteiras, a instituição ainda teria se apropriado das melhores mentes, as mais capazes de liderar o Estado naqueles tempos de crise.

O tema da “decadência” se fez presente na obra de Jones, como era de se esperar em um estudo em grande parte dedicado ao funcionamento de um Estado que acabou por não resistir aos invasores. O autor, contudo, se recusou a ver o processo de falência estatal como resultado de uma progressiva incapacidade dos homens da época em resolver problemas, ou da substituição dos cabeças do Estado e do exército por estrangeiros rudes que teriam sido incapazes de manter funcionando a sofisticada máquina estatal, como fez Lot. No império fragmentado, afinal, a tal máquina teria continuado a funcionar, operada então por merovíngios e visigodos e, ademais, “em grandes porções do Império, apenas uma fina camada superior da população havia sido latinizada ou helenizada” (Jones 1964: 996).

### **Peter Brown e a mentalidade da Antiguidade Tardia**

Com o irlandês Peter Brown, a *Histoire des mentalités* chegou aos estudos sobre o mundo grecorromano. Ele publicou, em 1971, *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad*, (O Mundo da Antiguidade Tardia. De Marco Aurélio a

Maomé), o primeiro e talvez mais importante estudo sistemático dos desenvolvimentos culturais peculiares da Antiguidade Tardia. A obra, além disso, foi o veículo pelo qual o conceito de “Antiguidade Tardia” alcançou aceitação generalizada. Antes dela, o termo estava praticamente restrito aos historiadores da arte alemães (cf. James 2008: 20-21).

Em certos aspectos, é razoável dizer que Brown seria o herdeiro tardo antigo do medieval March Bloch, apesar de sua obra ter um caráter menos dogmático. *The World of Late Antiquity*, assim, seria o contraponto de *La Société Féodale*. Ambas apresentariam abordagens principalmente culturalistas, com uma atenção especial às representações e simbolismos. Diferenças entre elas existem, é claro. A mais óbvia talvez seja o fato de a obra de Bloch apresentar um quadro basicamente estático do mundo feudal entre 900 e 1300, enquanto a de Brown retrata um período de transformações. É importante ressaltar, todavia, que a ênfase de Brown é, ainda assim, na continuidade. *The World of Late Antiquity* também representava um esforço mais modesto do que *La Société Féodale*, porquanto Bloch havia escrito uma suposta “história total” que enfatizava aspectos culturais, enquanto a obra de Brown era distintamente uma “história cultural”, onde os outros aspectos da vida em sociedade funcionavam sobretudo fornecendo o contexto.

Embora *The World of Late Antiquity*<sup>11</sup> esteja organizado cronologicamente, a abordagem de Brown é basicamente analítica. A britânica Averil Cameron (1940 - ), ainda em início de carreira, qualificou a obra de Brown como não-convencional, idiossincrática e pessoal (Cameron 1973: 116). Chama atenção, em especial, o caráter basicamente unitário do livro, que em função das frequentes referências cruzadas (aparentemente não-intencionais), só pode ser realmente compreendido através de uma leitura completa.

O que segue é uma tentativa de síntese do entendimento de Brown tanto sobre a gênese como sobre as características principais da Antiguidade Tardia, elaborada não apenas a partir do livro supramencionado como também de *The Making of Late Antiquity* (A Criação da Antiguidade Tardia), de 1978.

Para Brown, os alegados “declínio e queda” teriam se dado unicamente no que concerne à estrutura política das províncias ocidentais do Império (Brown 2006: 18), porquanto culturalmente a passagem da era dos Antoninos (138-180), que para Gibbon teria representado o auge do mundo grecorromano, para a de Constantino (306-324), já na Antiguidade Tardia, teria sido marcada por transformações paulatinas. A mais óbvia característica da sociedade tardoantiga que se seguiu teria sido a enorme distância separando ricos e pobres. A aristocracia ocidental de meados do século IV, por exemplo, teria sido em média cinco vezes mais rica do que seu equivalente do século I (Brown 2006: 34). Mesmo no aspecto socioeconômico, contudo, não teria ocorrido qualquer ruptura drástica, visto que, por volta do ano 200, tanto a acumulação de riqueza em mãos cada vez menos numerosas como o empobrecimento dos *curiales* (decuriões) já estariam em estágio bastante avançado (Brown 1998: 31). Ademais, a despeito de a cidade ter sido o centro da vida social na era clássica, a maioria absoluta da riqueza sempre havia tido base agrícola e maior parte da população sempre vivera da agricultura de subsistência (Brown 2006: 22).

A aparente estabilidade da vida urbana na era dos Antoninos frente à crise do século III simplesmente implicaria que, durante o período anterior, as elites urbanas teriam feito um esforço para a manutenção da coesão social, diante de um quadro socioeconômico de polarização crescente. Este esforço teria consistido principalmente na munificência cívica e, em especial, no patrocínio do renascimento estudado e artificial de antigos cultos coletivos. Tal renascimento da antiga religião teria, todavia, durado somente até *circa* 260. A partir deste ponto, então, o registro arqueológico

revelaria uma queda acentuada no número de inscrições “pagãs” que manifestavam o suporte privado aos cultos tradicionais da cidade (Brown 1998: 29-33). De acordo com o autor:

“Desde a aparição de História Social e Econômica do Império Romano, de Michael Rostovtzeff, tal fato tem sido visto como ligado ao colapso da economia tradicional e da posição social das cidades dentro no Império Romano durante o curso da crise do século III.” (Brown 1998: 28)

A resposta de Brown ao enigma seria, contudo, outra: os recursos dos aristocratas simplesmente teriam sido direcionados para outras formas de expressão. A passagem da era dos Antoninos para a de Constantino não consistiria em qualquer ruptura catastrófica, bancarrota, esgotamento ou pauperização (Brown 1998: 30-34). Se nos chegaram testemunhos do que se vivia em uma era “negra”, isto implicaria somente que o estado de coisas havia se pintado de um cinza ligeiramente mais escuro do que o esperado (Brown 1998: 5). porquanto a chamada “crise do século III” teria consistido principalmente nos enfrentamentos das diversas facções aristocráticas (cada vez mais ricas, por sinal), diante de um quadro onde não mais tinham valia os velhos mecanismos através do qual suas ambições costumavam ser canalizadas (Brown 1998: 47).

Diocleciano e Constantino teriam, então, burocratizado o aparato estatal em um contragolpe à anarquia militar resultante das ambições crescentes das diversas facções aristocráticas dentro do Império (Brown 1998: 47-48). A partir de tal momento, todavia, os tributos passaram a ser a principal causa da transformação econômica, com as pessoas por volta do ano 350 até mesmo se dando conta que o imposto sobre a terra havia dobrado ao longo de suas vidas (Brown 2006: 36).

Se com o governo pouco intervencionista de outrora a *philotimia*, o amor à glória, dos aristocratas se manifestava através da generosidade pública, sob o Estado reformado de Diocleciano e Constantino as posições no governo imperial e as construções privadas seriam motivos de orgulho. A glória da cidade tardoantiga teria residido, dessarte, em seus palácios privados. Tal teria sido o estado de abandono dos edifícios públicos que, em princípios do século VI, a fachada civil das cidades italianas era mantida apenas através da apropriação deliberada de edifícios públicos por proprietários privados (Brown 1998: 48-49).

Para o autor, a posição defendida por muitos de estudiosos de que a Antiguidade Tardia caracterizou-se pela emergência da “superstição” e pelo “declínio do racionalismo” representam um equívoco, pois o homem tardoantigo teria abordado o mundo sobrenatural com racionalidade e, durante o período, a noção de “poder divino” inclusive teria passado a ser definida com muito mais clareza (Brown 1998: 10-19).

A reputação da Antiguidade Tardia de ter sido uma época voltada para o “outro mundo” de fato refletiria a busca do homem daquele tempo pelo divino, pelo mundo superior (Brown 1998: 16). Em um mundo assombrado pelo desemprego, muito mais gente do que poderíamos imaginar teria tido tempo para pensar e discutir, e a religião teria proporcionado uma linguagem sofisticada e universal para fazê-lo (Brown 1998: 7-9).

Na Antiguidade Clássica, o que se ouvia dos oráculos era a voz dos deuses e esta, por sua vez, teria sido um reflexo da voz da comunidade. O calar progressivo dos oráculos, a partir do século III, significaria que a comunidade polarizada entre os poucos que muito possuíam e os muito que pouco possuíam não mais encontrava uma voz comum (Brown 1998: 36-38).

No oráculo tradicional, era apenas o deus que falava e quando o fazia, todos os seres humanos estavam em condição de igual inferioridade diante do poder divino (Brown 1998: 23, 36). Religiosamente, contudo, a Antiguidade Tardia, seria

caracterizada pelas alegações sobrenaturais feitas por seres humanos (Brown 1998: 16). Se, por exemplo, na era dos Antoninos, os homens colocavam suas esperanças de cura no invisível e eterno Esculápio, por volta do ano 400 eles estariam recorrendo a seres humanos a quem Deus teria “transferido” o poder de cura. O “*locus* do sobrenatural” teria, portanto, se transferido (Brown 1998: 11-13). O enfraquecimento da religião antiga teria permitido o desenvolvimento de uma nova concepção do divino, que o tornaria alcançável, ao menos por homens especiais. Assim, em certo sentido, religião teria se “humanizado” na Antiguidade Tardia.

Neste novo contexto, o líder religioso, o homem santo, teria sido aquele cuja mente e coração voavam alto, desatados do mundo terreno: *mens caelestis, pectus sublime*. A possibilidade de se alcançar individualmente o contato com o divino teria, por seu turno, estimulado o florescimento das biografias e autobiografias de *uiri sancti*, que então passariam a ser imitados na busca individual da mesma transcendência. Para Brown, neste mundo tardoantigo, a autoridade da Igreja teria emergido sobretudo de seu culto aos próprios mártires e homens santos, uma tradição construída ao longo de séculos, e que coincidia com a nova sensibilidade religiosa (Brown 1998: 12-17).

A partir do século V, diante da incapacidade de Roma para enfrentar os invasores, a estrutura política teria começado a se fragmentar e a cultura grecorromana, baseada nas agora decadentes cidades, retrocederia paulatinamente. A assim chamada “civilização clássica”, de todo modo, teria sido vista como própria apenas pelos dez por cento de população que residia nas cidades. Com a emergência do campo como centro da vida social, por outro lado, antigos elementos culturais pré-romanos ou pré-gregos, que haviam ficado em segundo plano, teriam podido finalmente reemergir. Na Britânia, por exemplo, os artesãos voltariam a formas artísticas pré-romanas, enquanto na Gália o camponês assumiria seu nome celta, *vassus*. Este mundo mais antigo emergiria mesmo no oriente, onde eremitas cópticos do Egito teriam revivido a linguagem dos faraós e compositores sírios teriam alcinhado Cristo de maneiras que ecoariam o passado sumério (Brown 2006: 12-21).

A queda do Império ocidental que resultaria na fragmentação política do período posterior teria, para o autor, uma explicação fundamental: a indiferença dos dois grupos principais, a aristocracia fundiária e a Igreja, em relação aos destinos do exército que os defendia. Para Brown, a ameaça bárbara era limitada e poderia ter sido enfrentada se tivesse existido convergência interna. A aristocracia fundiária teria sabotado o recrutamento por razões econômicas, enquanto o motivo por trás da falta de patriotismo cristão teria sido uma arraigada porém pouco assumida crença de que Roma simbolizava, de fato, o “paganismo” (Brown 2006: 119-123).

Os vitoriosos povos invasores teriam formado grupos isolados dentro do Império em fragmentação e em torno deles teria se estruturado uma cultura cortesã de base romana. A política desses romanos, contudo, teria sido exercida em um nível basicamente local, o que contribuiria ainda mais para a fragmentação. O clima geral de instabilidade do século IV teria afetado as comunicações e o comércio, contribuindo ainda mais para a regressão da vida urbana (Brown 2006: 124-131). O êxodo urbano, por seu turno, teria sido o principal responsável pelo fim gradual da elite secular, pois a aristocracia fundiária agora residente de forma permanente no campo pouco lucrava mantendo as antigas formas de cultivo intelectual associadas à *urbanitas*. Dessarte, em princípios do século VII a tradição clássica já teria desaparecido completamente do contexto laico (Brown 2006: 174-176) e, na sociedade que surgia, o homem seria definido por sua participação na comunidade religiosa, não devendo obediência ao Estado (Brown 2006: 186).

Como afirmamos anteriormente, foi Brown quem popularizou a expressão “antiguidade tardia”. Antes disso a referência costumeira era a “império tardio”, mesmo quando se pretendia, como Jones, estendê-lo até o princípio do século VII. A mudança de “império” para “antiguidade”, contudo, só foi possível a partir do momento em que a História Política foi claramente suplantada pelas Histórias Social e Cultural<sup>12</sup>. A criação e a conseqüente proeminência do novo conceito representam, portanto, um marco na historiografia do século XX.

Cabe ainda dizer que o legado da obra de Brown reside principalmente na difusão da noção de que a Antiguidade Tardia teria sido muito mais do que um mero período de transição entre o mundo antigo e o medieval, apresentando características culturais distintas, e em sua habilidade em recusar o tom negativo (ou no mínimo ambíguo) que havia dominado os discursos anteriores sobre o período.

### **Perry Anderson e Ste. Croix: os últimos materialistas históricos?**

Devido à tipologia criada por Marx, que dividia a história da humanidade em diferentes modos-de-produção, os estudos de inspiração marxista sempre tenderam a pouco se concentrar no período que hoje chamamos de “Antiguidade Tardia”. Mesmo uma obra que supostamente se propunha a estudar a transição entre os modos-de-produção escravista e feudal, como *Passages from Antiquity to Feudalism* (Passagens da Antiguidade ao Feudalismo), publicada pelo canadense Perry Anderson (1936-) em 1974, dedicou menos um quinto do total de páginas ao período transitório *strictu sensu*. O que teria se passado nos séculos VI, VII e VIII foi basicamente ignorado.

A grande contribuição de Anderson aos estudos sobre o fim do mundo antigo talvez esteja em combinar a análise marxista com a noção de que a influência germânica teria acelerado a transição para o modo-de-produção feudal, tendo em vista que a sociedade dos invasores teria sido basicamente pré-escravista, praticando o chamado “comunismo primitivo”.

Quiçá em função de sua enorme erudição, a obra do britânico G. E. M. de Ste. Croix (1910-2000) teve muito mais repercussão do que a de Anderson. Ste. Croix talvez seja o mais recente autor de inspiração marxista a escrever uma obra de relevância sobre o mundo antigo. Seu *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests* (A Luta de Classes no Mundo Grego Antigo: Da Era Arcaica às Conquistas Árabes), de 1982, abordava principalmente o chamado “mundo grego”, ou as regiões onde o grego era falado. Em função da relação íntima entre o Mediterrâneo oriental e ocidental no período romano, todavia, o livro traz uma análise das transformações que acarretaram o fim a todo o mundo grecorromano.

Para Ste. Croix, “luta de classes” existe onde quer que haja exploração, ou seja, apropriação do que Marx chamava de “mais-valia”. Sua “luta de classes”, assim, é basicamente sinônimo de “exploração econômica”, porquanto os envolvidos não precisariam necessariamente manifestar qualquer consciência de classe (Ste. Croix 1981: 43-44) e esta parece ter sido a norma no caso dos escravos e pequenos camponeses do mundo antigo.

O autor defendeu também que as transformações históricas na Antiguidade só podem ser adequadamente explicadas através de categorias marxistas de análise, sendo que as “relações sociais” estabelecidas pelo processo produtivo tenderiam a, no longo prazo, determinar os outros fatores (Ste. Croix 1981: 26). Como no caso de Max Weber,

a melhor forma de entendermos o que Ste. Croix pensava sobre a Antiguidade Tardia é examinarmos suas concepções a respeito da economia na Antiguidade Clássica.

A sociedade antiga teria sido erigida fundamentalmente a partir do trabalho “não-livre” (Ste. Croix 1981: 54), tendo uma base agrícola. Teria existido uma distinção fundamental entre os *plousioi* (ou *possidentes*), o grupo dominante composto principalmente por proprietários de terras, e os *penetes*, os pobres. O instituto da escravidão teria provido a maioria dos braços não-livres durante maior parte do período, enquanto a contratação de trabalho livre, fosse através de assalariamento ou empreitada, teria sido praticamente irrelevante, se restringindo sobretudo a atividades sazonais.

Escravos poderiam ser obtidos a baixo custo em todo mundo grecorromano até fins da república, quando a *pax augusta* teria ocasionado uma progressiva redução na oferta e aumento no preço. Tal mudança teria implicado que, do principado em diante, os proprietários rurais teriam precisado se preocupar com a geração de sua própria mão-de-obra escrava, em um processo que teria como efeito uma diminuição tanto dos lucros como dos níveis de produtividade - pois os escravos criados não teriam sido passíveis dos mesmos níveis de exploração que os estrangeiros comprados. Como resultado, os proprietários rurais teriam recorrido cada vez mais à exploração de outros tipos de mão-de-obra, como os *coloni* (Ste. Croix 1981: 229-231). Neste contexto, a *adscriptio glebae* (a inscrição do arrendatário no registro do fisco que o vinculava às terras arrendadas), surgida como um mero mecanismo fiscal, acabaria por servir aos interesses da classe proprietária, uma vez que os novos trabalhadores não-livres poderiam ser explorado mais intensamente do que os livres (Ste. Croix 1981: 249-255). Ao mesmo tempo, a situação geral dos escravos teria melhorado, porquanto eles eram encorajados a constituir suas próprias famílias e atuar, na prática, como pequenos arrendatários. No devido tempo, *coloni* e escravos rurais acabariam por se fundir, formando o camponês medieval, o servo de gleba.

Para Ste. Croix, a democracia abrandava a exploração dos fracos pelos fortes, uma vez que tanto a assembleia quanto os tribunais proporcionariam proteção aos cidadãos pobres. Enquanto os ecos da democracia ainda puderam ser ouvidos no mundo grecorromano (na organização das cidades, por exemplo), teria continuado a existir uma restrição institucional a tal exploração. Após a crise do século III, contudo, a reestruturação do aparato estatal romano, implementada para preservar o império (Ste. Croix 1981: 493), teria transformado o Estado em um eficiente mecanismo de exploração, que seria apropriado pelas elites (Ste. Croix 1981: 205) e aviltaria ainda mais os homens livres de condição humilde, fazendo até mesmo desaparecer os *curiales* (Ste. Croix 1981: 465ff).

Como se não bastasse suportar o peso do aparato estatal romano, instrumento de sua própria exploração, o homem comum do império tardio ainda sustentaria a não-produtiva Igreja, cada vez maior. A incapacidade dos primeiros cristãos em ocasionar qualquer transformação social teria decorrido de “sua quase exclusiva concentração [...] na relação pessoal entre homem e homem, ou entre o homem e Deus, e sua completa indiferença, enquanto cristãos, em relação às instituições do mundo em que viviam” (Ste. Croix 1981: 438-439) - posição esta um tanto similar àquela de Maier. Não apenas a Igreja teria sido incapaz de funcionar como instrumento de transformação social como ainda teria ajudado a preservar “a ordem social, ao mitigar (através da caridade) os extremos máximos da pobreza que poderiam levar a erupções revolucionárias” (Ste. Croix 1981: 438).

Diante da opressão perpetrada pelo Estado, a população romana teria pouco feito para se opor aos invasores bárbaros (Ste. Croix 1981: 474ff) e mesmo a classe proprietária não teria manifestado qualquer lealdade à chamada *Urbs Aeterna*. Por fim,

“o sistema político romano facilitou a mais intensa e finalmente destrutiva exploração econômica da grande massa de pessoas, fossem escravos ou livres, tornando uma reforma radical impossível. O resultado foi que a classe proprietária - os homens de verdadeira riqueza, que haviam deliberadamente criado tal sistema para seu próprio benefício - drenou todo o sangue vital de seu mundo, destruindo assim a civilização grecorromana em grande parte do império. [...] As causas do declínio foram acima de tudo econômicas e sociais” (Ste. Croix 1981: 502-503).

### **Averil Cameron e a continuidade entre o mundo antigo e o medieval**

Em 1993, a britânica Averil Cameron (1940-) publicou seus *The Later Roman Empire A.D. 284-430* (O Império Romano Tardio, 284-430 d.C.) e *The Mediterranean World in Late Antiquity A.D. 395-600* (O Mundo Mediterrâneo na Antiguidade Tardia, 395-600 d.C.), que apresentam uma síntese própria da produção historiográfica do século XX sobre a Antiguidade Tardia.

Ambos livros têm aspecto didático, explanatório. Uma preocupação constante da autora parece ser a de nos apresentar as mais recentes descobertas arqueológicas e nos explicar como estas teriam transformado a visão tradicional sobre o tópico em questão. Em uma resenha de 1980 ela havia comentado que:

O período que conhecemos por “antiguidade tardia” está atualmente estimulando um crescimento de produção, especialmente entre os jovens pesquisadores. Ainda assim, importantes obras de síntese ainda estão em falta, especialmente no campo da história social e, novamente, especialmente sobre o império oriental (Cameron 1980: 129).

Pouco mais de uma década depois, ela comentaria que:

“Dois livros de diferente caráter foram especialmente influentes em ocasionar esta mudança (o interesse na Antiguidade Tardia): primeiro, *The Later Roman Empire 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*, a massiva história de A. H. M. Jones, e segundo: *The World of Late Antiquity* (Londres, 1971), o esboço breve porém excitante de Peter Brown. É claro, o tema nunca foi negligenciado pelos estudiosos sérios, ou nos estudos feitos no continente. Ainda assim, é apenas nesta geração desde a publicação da obra de Jones que o período despertou tão amplo interesse. Desde então, de fato, se tornou uma das grandes áreas de crescimento tanto no ensino quanto na pesquisa” (Cameron 1993a: 1).

Para a autora, o século III, dos pontos-de-vista político e econômico teria representado não um momento de verdadeira ruptura, mas uma continuação de processos já em andamento, como a redução do poder do senado e a consequente tendência à autocracia, além da redução das trocas monetárias. Em muitas áreas, inclusive, as elites teriam restringido a prática do evergetismo cívico, em virtude da recessão econômica. Nesse contexto, a sucessão rápida de imperadores durante o século III teria sido resultado de uma falência dos acordos tácitos que mantinham um equilíbrio de poder entre centro e periferia (Cameron 1993a: 6-9).

Quanto à ascensão do cristianismo, Cameron defendeu que o entendimento de que esta teria representado uma evidência de escapismo da população em tempos de crise não mais se sustentava. Também a ideia de que o chamado “paganismo” teria “se

esgotado” e o cristianismo preenchido o vácuo deixado lhe pareceu precipitada, porquanto muitas formas de manifestações religiosas tradicionais teriam continuado existindo (Cameron 1993a: 11). Assim, mesmo que a antiga religião cívica tenha declinado, o simples fato de o império ter sido bem mais diverso em termos religiosos do que se costumava supor, implicaria necessariamente que não faz sentido falar em “decadência do paganismo”.

As transformações religiosas, assim, precisariam ser entendidas a partir de uma perspectiva mais ampla de longo prazo, onde aí sim se perceberia uma ênfase na busca pessoal da iluminação, através do asceticismo e do autocontrole. Nesse contexto, o neoplatonismo teria oferecido a alternativa “clássica” para o cristianismo (Cameron 1993a: 165ff).

Quanto à educação clássica, ela só teria começado a mostrar sinais claros de declínio a partir de fins do século IV, e de forma bem mais acentuada no ocidente. Nesse período, a propósito, oriente e ocidente teriam começado a rapidamente se distanciar em termos culturais, tanto que Agostinho de Hipona dependia de traduções para a leitura de Platão e dos neoplatônicos. A erudição latina, contudo, teria se mantido viva no ocidente através da Igreja, como indicaria a má-vontade de intelectuais cristãos do século V com o *sermo piscatorius* (língua de pescadores), que era utilizada nas pregações. Por outro lado, a própria Igreja era composta por gente que rejeitava de todo a cultura clássica, como monges e eremitas em geral. A partir de meados do século VI, contudo, mesmo a Igreja já não manteria o cultivo da retórica latina clássica, como atestaria o latim de *Historia Francorum*, de Gregório de Tours (Cameron 1993a: 153-168).

Diante de tudo isso, a ênfase da autora reside claramente nas continuidades, o que tornaria o estabelecimento de fronteiras cronológicas pouco importantes. Para ela, a chamada “queda” de Roma não deve ser entendida como um único e dramático evento, mas como um processo de transformação amplo (Cameron 1993a: 193), do qual mesmo os Estados bárbaros que se seguiram fariam parte, porquanto culturalmente eles teriam manifestado muitos traços de romanidade, podendo até mesmo ser referidos como “subromanos” (Cameron 1993a: 187-188).

Quanto à orientação teórica das obras, a ênfase nas continuidades mesmo em um mundo em “rápida transformação” (Cameron 1993a: 192) revela claramente uma simpatia pelas abordagens de longo-prazo e aí se vê claramente a influência da *École des Annales*, especialmente de Fernand Braudel (1902-1985). Os livros, contudo, não tratam simplesmente das preferências da autora, consistindo mormente em uma tentativa até modesta de nos apresentar de forma didática e relativamente apartidária um painel sobre o estado das pesquisas sobre a Antiguidade Tardia à época.

### **Ward-Perkins: o retorno do tema da decadência e da noção de ruptura**

*The Fall of Rome and the End of Civilization* (A Queda de Roma e o Fim da Civilização), publicado por Bryan Ward-Perkins em 2005, se focava principalmente no declínio material do Império Romano a partir de meados do século IV. Nada mais natural, visto que seu pai foi J. B Ward-Perkins (1912-1981), destacado arqueólogo da Antiguidade Clássica. Surpreendente, todavia, foi o objetivo do filho. Na obra, ele pretendeu romper com os paradigmas atuais da historiografia sobre o fim do mundo antigo.

Para Ward-Perkins, a influência de Peter Brown e a conseqüente ascensão do conceito de “Antiguidade Tardia” implicaram em mudanças profundas: “palavras como

'declínio' e crise, que sugerem problemas no fim do império e que eram bastante usuais até os anos 1970 basicamente desapareceram dos vocabulários dos historiadores, para serem substituídos por termos neutros como 'transição', 'mudança' e 'transformação'" (Ward-Perkins 2005: 4). Mesmo a natureza violenta das chamadas invasões bárbaras, um ponto de concórdia antigo, teria passado por revisão e estas tenderiam a ser vistas atualmente como assentamentos basicamente pacíficos.

Haveria um elemento ideológico operando também por trás de tal mudança, pois enquanto a Alemanha era vista como ameaça por ingleses, franceses e estadunidenses, os germânicos eram apresentados como “vilões”. Em tempos recentes, todavia, quando os rancores de outros tempos se reduziram e a União Europeia tem buscado forjar o espírito de cooperação entre as várias nações, a transição do mundo antigo para o medieval passou a ser vista como pacífica. Nesse contexto, surgiram livros como o publicado em 1997 por W. Pohl, intitulado *Kingdoms of the Empire: The Integration of Barbarians in Late Antiquity* (Reinos do Império: a Integração dos Bárbaros na Antiguidade Tardia), cujo título evidencia o paradigma da continuidade (Ward-Perkins 2005: 172-179).

“Civilização”, para Ward-Perkins, é simplesmente um sinônimo de “sociedade complexa e aquilo por ela produzido” (Ward-Perkins 2005: 167). Para o autor, nesse sentido estrito, que exclui qualquer julgamento moral, seria possível falar em “fim” ou “decadência” da civilização antiga. Os territórios do que Império Romano após o início do século V seriam, justamente, marcados por simplificação social, econômica, e redução populacional.

A quantidade de evidências expostas é grande demais para ser abordada aqui. Cabem, não obstante, ao menos dois exemplos. O primeiro deles está relacionado à agricultura. Para o autor, o mundo pós-romano foi basicamente caracterizado pelo cultivo de subsistência, que substituiu um complexo sistema de comércio de alimentos, produzidos de forma especializada pelas diferentes regiões. A redução da atividade comercial, em virtude do clima geral de insegurança, teria significado o fim da especialização regional e o conseqüente decréscimo dos níveis gerais de produtividade (Ward-Perkins 2005: 144-145). Teria se seguido, então, um quadro de escassez de alimentos, de redução populacional e de abandono de vários sítios antes ocupados.

Embora reconheça que não seja possível a obtenção de estatísticas referentes aos níveis de alfabetização nos tempos imperiais, o autor considerou que a grande quantidade tanto de *grafitti* quanto de instâncias de uso da escrita para registros efêmeros (como listas de bens) serviriam para atestar que o conhecimento da escrita era disseminado. Dos séculos VI e VII, todavia, com exceção talvez do reino visigodo, o que restou consiste em registros formais feitos para durar (como documentos e leis). Nesse contexto, apenas as cartas trocadas pelos membros mais altos da pirâmide social revelariam um uso da escrita para registros efêmeros. Essa diferença sugeriria, para o autor, uma queda na difusão do uso da escrita (Ward-Perkins 2005: 158-167).

Encerremos esta seção com suas palavras:

“Não tenho qualquer objeção quanto ao aspecto principal desta mudança (que implica no uso do termo “cultura” - frequentemente no plural - em vez de “civilização”) e certamente me apraz ver o fim de “civilização” como um símbolo de superioridade moral. Não obstante, abandonar de vez o conceito de “civilização” cria o risco de se impor uma visão muito achatada (*flat*) das culturas mundiais. Para o bem ou para o mal (e frequentemente para o mal), algumas culturas foram muito mais sofisticadas do que outras. Sociedades com grandes cidades, complexas redes de distribuição e produção, além de uso difundido da escrita, são

claramente diferentes de sociedades rurais, com produção essencialmente familiar e cultura oral. A transição dos tempos romanos aos pós-romanos foi um dramático movimento da sofisticação para uma muito maior simplicidade” (Ward-Perkins 2005: 178-179).

### O embate historiográfico atual: continuidade versus ruptura

No primeiro exemplar do recém-lançado (2008), *Journal of Late Antiquity*, da *Johns Hopkins University Press*, Arnaldo Marcone, da Universidade de Udine, em um artigo intitulado *A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization* (Uma Antiguidade Tardia Longa? Considerações sobre uma controversa periodização), resumiu da seguinte forma a encruzilhada atual:

Nesta primeira década do século XXI, pode-se perceber como o revisionismo histórico, iniciado com sucesso por Peter Brown em 1971, com seu inovador *The World of Late Antiquity*, agora encontra algumas dificuldades e uma renovada oposição. O “Paradigma em Desaparecimento da Queda de Roma”<sup>13</sup>, brilhantemente evocado por Glen Bowersock parece destinado a se tornar real novamente. (Marcone 2008: 6)

A questão (da periodização) é complicada pelo fato de que, tanto como consequência desse tipo de abordagem (que favorece uma periodização longa para a Antiguidade Tardia, sem rupturas claras) e devido a tendências mais gerais, testemunhamos um progressivo enfraquecimento de qualquer vigorosa abordagem filológica e de rigorosas análises das fontes tão essenciais ao estudo da história antiga. Esta observação se aplica tanto às fontes literárias quanto arqueológicas, que são apreciadas mais por sua função simbólica enquanto modelos de comportamento social do que por sua importância documental. Textos historiográficos, em particular, frequentemente são tratados com suspeita, pois são percebidos como uma expressão da mentalidade da elite que os produziu independentemente de sua veracidade e da proximidade cronológica dos eventos que narram. (Marcone 2008: 16-17)

A adoção da periodização longa pressupõe, assim, a ausência de rupturas nítidas. A adoção do cristianismo, por exemplo, acaba sendo vista como o resultado de um longo processo de transformação da sensibilidade religiosa. As *völkerwanderungen* não teriam tido qualquer impacto profundo, estrutural. Mesmo a fragmentação do Império Romano do Ocidente, neste caso, poderia ser visto como o resultado de um longo processo de perda, por parte do poder central, do controle sobre regiões periféricas.

De acordo com Marcone, a tendência geral da adoção de uma periodização longa em tempos recentes tem feito até mesmo que historiadores alemães já comecem a falar em “*Frühspätantike*” e “*Spätere Spätantike*”, (algo como “Antiguidade Tardia Anterior” e “Antiguidade Tardia Posterior”) (Marcone 2008: 18). Trata-se de uma clara evidência de que o conceito, para ter alguma utilidade, deve ser restrito o suficiente para que o período referido presente, em seu conjunto, características comuns.

Também no primeiro exemplar do *Journal of Late Antiquity*, Edward James, professor no *University College* em Dublin, em um artigo intitulado *The Rise and Function of the Concept “Late Antiquity”* (Ascensão e Função do Conceito “Antiguidade Tardia”) manifestou seu ceticismo quanto à periodização longa e suas implicações.

“Como alguém que estudou os francos, a história da Britânia no primeiro milênio e está interessado na história da Irlanda nascente, preciso ser cético da proposta de uma “Antiguidade Tardia”, que coloca estas coisas na periferia ou além dela. A rejeição do declínio e a ênfase na continuidade não faz sentido quanto à Britânia ou ao norte da Gália; elas provavelmente fazem pouco sentido em qualquer outro local do antigo império ocidental. Pode-se perceber sinais de continuidade - “Olha! Talvez o templo de Santo Albano tenha continuado como um centro de culto durante todo o período romano tardio até os dias de Beda!” - , mas deve-se também reconhecer que também existem, em diferentes graus e em diferentes partes do Império Romano, surpreendentes e às vezes devastadores sinais de “mudança” - e com isso quero dizer “declínio”.” (James 2008: 29)

Se o debate relativo tanto à conceituação quanto à periodização da Antiguidade Tardia é parte do universo historiográfico europeu e estadunidense, no Brasil não parece haver qualquer controvérsia. Tanto no “VI Encontro Nacional de História Antiga”, no “XVIII Ciclo de Debates” do Laboratório de História Antiga (LHIA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambos realizados em 2008, como no “XVII Congresso Nacional de Estudos Clássicos”, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2009, questões a respeito da periodização da Antiguidade Tardia não vieram à tona. Parece haver, no caso, a pressuposição de que a idéia da continuidade, fruto da historiografia dos anos 1970, 1980 e 1990, é simplesmente válida, de modo que o tópico sequer parece estar aberto à discussão.

Neste ponto, cremos, a maioria dos escritores se sentiria tentada a relatar o seu entendimento particular a respeito do período que hoje denominamos “Antiguidade Tardia”, se contrapondo aos autores clássicos. Trata-se de uma via, contudo, que não iremos tomar. Encerraremos, ao contrário, com uma sugestão. No que diz respeito ao debate atual, do qual os brasileiros têm se excluído, o estudo de Salviano de Marselha pode ser especialmente proveitoso quanto ao impacto das *völkerwanderungen*. Tendo sido escrito após cerca de um quarto de século de domínio gótico na Gália, *De Gubernatione Dei* pode ajudar a esclarecer qual a natureza da instalação dos godos na região e nos orientar, portanto, sobre em que medida a criação dos reinos bárbaros dentro do império representaram ou não uma ruptura com o *status quo ante*.

### Documentação

AMMIANUS MARCELLINUS. *Roman History*. Tradução para o inglês por J. C. Wolfe. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1940. 3v.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. 2a. Edição. Porto: Afrontamento, 1982.

BLONDUS, Flavius. *Historiae Ab Inclinatione Romanorum Imperii*. Basileia: Officina Probeniana, 1531.

BOWERSOCK, Glen W. The Vanishing Paradigm of the Fall of Rome. *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, 49, 1996, pp. 29-43.

BURY, J. B. *History of the Later Roman Empire, from the death of Theodosius I to the death of Justinian*. New York: Dover, 1958. 2 v.

BROWN, Peter. The Later Roman Empire. *The Economic History Review* (NS) 20 (2), 1967, pp. 327-343.

\_\_\_\_\_. *The Making of Late Antiquity*. New York: Barnes & Noble, 1998.

- \_\_\_\_\_. *The World of Late Antiquity. AD 150-750*. London: Thames & Hudson, 2006.
- BÜCHER, Karl. *Beitrage zur Wirtschaftsgeschichte*. Tübingen: 1894.
- \_\_\_\_\_. *Die Entstehung der Volkswirtschaft*. Tübingen: 1901.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa na Historiografia: a Escola dos Annales (1929 – 1989)*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMERON, Averil. *Christianity and the Rhetoric of Empire. The Development of Christian Discourse*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Late Antiquity - The Total View. *Past and Present*, 88, 1980, pp. 129-135.
- \_\_\_\_\_. *The Later Roman Empire A.D. 284-430*. London: Fontana, 1993a.
- \_\_\_\_\_. *The Mediterranean World in Late Antiquity A.D. 395-600*. London: Routledge, 1993b.
- \_\_\_\_\_. The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad (resenha). *The English Historical Review*, 88, no. 346, 1973, pp. 116-117.
- CICCOTTI Ettore. *Il Tramonto della schiavitù nel mondo antico*. Torino: Bocca, 1899.
- COLEMAN, Janet. *A History of Political Thought, From Ancient Greece to Early Christianity*. Oxford: Blackwell, 2000.
- DU FRESNOT, Langlet. *Supplement de la Method pour Etudier L’Histoire avec un Catalogue des Principaux Historiens & des remarques sur le bonté & le choix de leurs editions*. Paris: Quay des Augustins, 1741.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FONTANINI, Giusto; HAYM, Nicola Francesco. *Biblioteca Italiana o sai Notizia de Libri Rari Nella Lingua Italiana Divisa in quattro Parti principali; cioè Istoria, Poesia, Prosa, Arti e Scienze*. Venetia: Angiolo Geremia, 1726.
- FRANK, Tenney. A Social and Economic History of the Roman Empire (resenha). *The American Journal of Philology*, 47 (3), 1926, pp. 290-292.
- \_\_\_\_\_. *An Economic History of Rome to the End of the Republic*. Baltimore: John Hopkins Press, 1920.
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. Tradução e notas suplementares de José Paulo Paes - Edição abreviada. São Paulo: Companhia das Letras e Círculo do Livro: 1989.
- \_\_\_\_\_. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Editada, com Introdução, Notas, Apêndices e Índice por J. B. BURY. London: Methuen & Co. 1896.
- HONIGSHEIM, Paul. Max Weber as Historian of Agriculture and Rural Life. *Agricultural History*, 23 (3), 1949, pp. 179-213.
- IGGERS, Georg. G. *New Directions in European Historiography*. Hanover, New Hampshire: Wesleyan University Press, 1984.
- JAEGER, Werner. *Cristianismo Primitivo e Paidéia Grega*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- JAMES, Edward. The Rise and Function of the Concept “Late Antiquity”. *Journal of Late Antiquity*, v. 1 (1), 2008, pp. 20-30.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*. Norman: University of Oklahoma Press, 1964.
- LOT, Ferdinand. *The End of the Ancient World and the Beginnings of the Middle Ages*. New York: Harper & Row, 1961.
- LOVE, John. Max Weber and the Theory of Ancient Capitalism. *History and Theory*, 25 (2), 1986, pp. 152-172.
- MAIER, Franz Georg. *Agustin und das antike Rom*. Stuttgart: Kohlhammer, 1955.
- MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo e o princípios da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1982.

- MERRILLS, A. H. *History and Geography in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Las Transformaciones del Mundo Mediterraneo. Siglos III-VIII*. Madri: Siglo XXI Editores, 1994.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Tradução, apresentação e notas: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1994.
- MARCONI, Arnaldo. A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization. *Journal of Late Antiquity*, 1 (1), 2008, pp. 4-19.
- MARROU, Henri-Irénéé. *Décadence romaine ou antiquité tardive?*. Paris: Le Seuil, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris: de Boccard, 1938, Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, Fasc.145.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- MONTESQUIEU. *Grandeza e decadência dos romanos*. São Paulo: Paumape, 1995.
- PIRENNE, Henri. *Mohammed and Charlemagne*. New York: Dover Publications, 2001.
- RHODES, R. Colbert. Emile Durkheim and the Historical Thought of Marc Bloch. *Theory and Society*, 5 (1), 1978, pp. 45-73.
- ROSTOVITZ, M. The Decay of the Ancient World and Its Economic Explanations. *The Economic History Review*, 2 (2), 1930, pp. 197-214.
- \_\_\_\_\_. *The Social and Economic History of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1926.
- SALVIAN. *On the Government of God. A Treatise wherein are shown by Argument and by Examples drawn from the Abandoned Society of the Times the Ways of GOD toward His Creatures*. Tradução para o inglês de Eva M. Sanford. New York: Columbia University Press, 1930.
- STE. CROIX, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1981.
- WARD-PERKINS, Brian. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História Agrária Romana*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*. Tradução de R. I. Frank. London: NLB, 1978.
- WIENER, Johnathan M. Max Weber's Marxism: Theory and Method in "The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations". *Theory and Society*, 11 (3), 1982, pp. 389-401.
- ZAPPULO, Michele. *Historie di quattro principali citta del mondo, Gerusalemme, Roma, Napoli, e Venetia*. Vicenza: Giorgio Greco, 1603.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Cf. Ammianus Marcellinus, *Res Gestae*, 31.13.18 (*apud* Ammianus Marcellinus 1940: v. 3, 482): “é consenso que, com dificuldade, um terço do exército escapou”.

<sup>2</sup> Cf. Merrills (2005: 35-99); e Mazarino (1982: 63-85).

<sup>3</sup> Vide *City of God* in: Coleman (2000: 329-336),

---

<sup>4</sup> Cf. Salvianus Massiliensis, *De Gubernatione Dei*, 4.9 (apud Salvian 1930: 151).

<sup>5</sup> Especificamente, *Biblioteca Italiana o sai Notizia de Libri Rari Nella Lingua Italiana Divisa in quattro Parti principali; cioè Istoria, Poesia, Prosa, Arti e Scienze* (Biblioteca Italiana ou Notícia de Livros Raros na Língua Italiana, dividida em quatro partes principais, ou História, Poesia, Prosa, Artes e Ciência), publicada em Veneza por Nicola Francesco Haym e Giusto Fontanini no ano de 1726, na página 25, e *Supplement de la Method pour Etudier L'Histoire avec un Catalogue des Principaux Historiens & des remarques sur le bonté & le choix de leurs editions* (Suplemento do Método para Estudar a História com um Catálogo dos Principais Historiadores e dos comentários sobre a qualidade e a escolha de suas edições), publicado em doze volumes pelo abade francês Lenglet du Fresnot (1674 – 1755) em 1741, na página 12 do volume 3.

<sup>6</sup> MARX, Karl. *Pre-Capitalist Formations*. Londres: 1964. pp. 77-8 (citado por Anderson 1982: 167).

<sup>7</sup> Trata-se de: GIBBON, Edward. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Editada, com Introdução, Notas, Apêndices e Índice por J. B. BURY. Londres: Methuen & Co. 1896.

<sup>8</sup> Tanto *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* quanto *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* estão contidos em: WEBER, Max. *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*. Tradução de R. I. Frank. London: 1978.

<sup>9</sup> Análises detalhadas da posição de Weber sobre a economia antiga podem ser encontradas em Love (1986), Honigsheim (1949) e Wiener (1982).

<sup>10</sup> Mais tarde, em 1961, Werner Jaeger (1888 - 1961) defenderia a importância da *paideia* grega para a formação tanto do cristianismo propriamente dito como do intelectual cristão em seu *Early Christianity and Greek Paideia* (Cristianismo Primitivo e Paideia Grega).

<sup>11</sup> Analisamos a versão revisada publicada originalmente em 1989, cujo subtítulo é simplesmente "*AD 150 - 750*", em vez de "*From Marcus Aurelius to Muhammad*".

<sup>12</sup> James (2008: 23), notou que mesmo Brown, nos escritos de fins dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, mostrava "uma tendência de utilizar 'tardo-romano' (*late roman*) quando estava se falando sobre a sociedade ou governo e 'tardo-antigo' (*late antique*) quando se referia à vida intelectual ou religiosa".

<sup>13</sup> Marcone referiu-se a BOWERSOCK, Glen W. The Vanishing Paradigm of the Fall of Rome. *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, 49, 1996, pp. 29-43.